



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Uma tarefa decisiva A ORGANIZAÇÃO

Nos últimos anos reforçou-se a organização do Partido. Aumentaram os efectivos. Foram promovidos novos quadros. Melhorou a estruturação. Multiplicaram-se os elos de ligação com as massas. Embora diferentes de sector para sector, trata-se de progressos reais que devem ser sublinhados.

Entretanto, não só os progressos referidos estão longe de acompanhar o alargamento da influência e a intensa actividade do Partido, como persistem graves fraquezas e deficiências.

A organização é o mais poderoso instrumento da acção. O bom ou mau trabalho de organização reflecte-se em todos os outros aspectos da actividade partidária, muito particularmente na actividade de massas, na defesa, no conhecimento, progresso, selecção e promoção de quadros.

O reforço da organização tem de tornar-se uma preocupação constante de todo o Partido: dos organismos de direcção, das organizações de base, de todos e de cada um dos militantes. Urge combater a subestimação que por vezes se manifesta, examinar atentamente a situação em cada sector e dar um sério impulso ao trabalho de organização.

São numerosos e variados os problemas de organização. Neste artigo pretende-se apenas abordar aspectos gerais de alguns de capital importância: o recrutamento, as organizações de base e as células de empresa, a estruturação e os organismos intermédios.

1. Recrutamento

Por vezes, discute-se duma forma esquemática, se o Partido, nas condições presentes, é um «partido de quadros», ou um «partido de massas». No geral, tal discussão esclarece pouco, desvia as atenções dos aspectos concretos do problema e leva a ideias extremas:

as portas do Partido deveriam conservar-se quase cerradas, segundo uns; abrir-se amplamente, segundo outros.

É verdade que, na clandestinidade, o Partido não pode adoptar os critérios de partidos irmãos agindo nas condições de democracia burguesa e abrir as portas sem conhecer bem quem admite nas suas fileiras. É verdade que o número dos membros do Partido não é a única medida da força dos efectivos. Mas, é igualmente verdade que o Partido está longe de ter os efectivos necessários ao desempenho das suas tarefas, como vanguarda revolucionária da classe operária e de todo o movimento antifascista.

Por um lado, existem regiões, localidades e empresas de que continuamos a estar desligados. Por outro lado, a todo o momento e em todos os escalões, ficam tarefas por realizar, porque excedem as possibilidades dos militantes. Mesmo em sectores onde existem fortes organizações do Partido radicadas nas massas, só a rotina e a falta de uma ampla perspectiva revolucionária podem levar à ideia de que os militantes existentes «chegam». A falta de gente, de quadros, faz-se sentir em toda a parte: em empresas, noutros locais de trabalho, em classes profissionais, em unidades militares, em algumas escolas. As possibilidades de trabalho que se abrem ante o Partido são imensas. Os efectivos actuais insuficientes. A influência de massas, as ligações com as massas, a diversificação das frentes da luta popular sob a direcção do Partido exigem um aumento considerável dos efectivos em todas as organizações e sectores de actividade.

Continua naturalmente a ser necessário cuidado e vigilância na admissão de novos membros. Continuam a impôr-se critérios justos de recrutamento. Não se trata de recrutar quem quer que aparece dizendo querer



entrar no Partido. As lutas de massas são o maior viveiro de comunistas e é para aqueles que nas lutas dão provas, que muito particularmente se deve dirigir o esforço de recrutamento. Não é o número pelo número que se pretende, mas novos militantes dedicados e esforçados. Interessa atrair às nossas fileiras os melhores, os mais capazes, os mais corajosos, os mais destacados na luta de classes.

Entretanto, tendo sempre presentes estes aspectos, é não só necessário como possível aumentar sensivelmente os efectivos do Partido num prazo relativamente curto.

Tomemos os «simpatizantes», ou seja, camaradas que, não sendo membros do Partido, trabalham regularmente em ligação com o Partido e cumprem, em numerosos casos, praticamente as mesmas tarefas que os membros do Partido. O número de simpatizantes é, em média, cerca de 2,5 vezes o número de militantes, embora haja grandes regiões onde é apenas de 1,5 vezes superior. Só algumas raras organizações registam um número de simpatizantes inferior ao de militantes. Se, em relação a grande parte dos «simpatizantes» é de manter a situação actual, muitos outros têm as condições essenciais para serem membros do Partido.

O mais vasto campo de recrutamento não é porém entre os simpatizantes já ligados regularmente ao Partido e trabalhando com este, mas entre aqueles com quem ainda não estamos ligados senão por via da imprensa, de outros meios de agitação e propaganda ou de um trabalho unitário. Há muitos milhares de operários, de empregados, de camponeses, de jovens, de intelectuais, etc. que reconhecem no Partido a vanguarda revolucionária da luta do povo português, que aprovam a sua actividade e que participam em lutas dirigidas pelo Partido. Há muitos outros que sentem simpatia pelas ideias do comunismo e que lutarão com o Partido, desejarão ser seus membros, no dia em que os toquemos directamente.

Exemplos esclarecedores são dados por algumas organizações locais e de empresa que, num processo de desenvolvimento orgânico ligado ao desenvolvimento de lutas de massas, aumentaram rápida e consideravelmente os efectivos e deram ao Partido numerosos quadros valiosos, incluindo revolucionários profissionais. O facto não significa que era precisamente nessas localidades e empresas que estavam os melhores, mas sim que o justo trabalho do Partido criou as condições necessárias para que aí os trabalhadores conhecessem o seu Partido e viessem a ele, e os militantes se formassem e revelassem.

Noutras localidades e empresas, existem também homens, mulheres, jovens de valor, capazes de se tornarem combatentes de vanguarda. A nossa tarefa é chegar até eles, trazê-los à luta, ganhá-los para o Partido.

Só o desconhecimento da experiência partidária, a subestimação da influência do Partido, a falta de confiança na classe operária podem conduzir à ideia de que, de momento, «não há mais gente em condições» para ser admitido no Partido. A tal ideia deve contrapor-se com confiança que há milhares de trabalhadores e outros portugueses e portuguesas em condições de entrar no Partido, porque aprovam a sua política, porque lutam, porque são capazes de dar provas de coragem e dedicação. O seu recrutamento depende fundamentalmente do nosso trabalho.

2. Organizações de base: Células de empresa

Apesar de que o êxito da actividade partidária depende, em parte fundamental, do trabalho das organizações de base, há no país numerosas fábricas e empresas (assim como outros locais de trabalho) onde não existe organização do Partido. O facto exige dos responsáveis de cada sector que examinem atentamente o estado da organização, vejam quais são as empresas, as classes profissionais, as localidades, etc. onde não existe organização ou esta é particularmente fraca, definam quais são os casos de maior importância, e tomem as medidas práticas para vencer as deficiências existentes e formar em toda a parte organizações do Partido. No que respeita ao proletariado industrial, tem de trabalhar-se para que não haja empresa de importância média onde não haja militantes do Partido.

Não basta porém estabelecer ligações e recrutar alguns camaradas.

A constituição, organização e bom funcionamento das células e, em primeiro lugar, das células de empresa, são tarefas primordiais. «A célula (diz o art. 27 dos Estatutos do PCP) é a organização de base do Partido, é o seu alicerce e elo fundamental da ligação do Partido com a classe operária e as massas populares». Se a base do Partido não está organizada em células com funcionamento regular, a ligação com a classe operária e as massas será insuficiente, não se poderá assegurar a direcção da luta popular, não se criarão condições para a

revelação e desenvolvimento de quadros, cai-se na estagnação, instaura-se o trabalho individual e descompartmentado e o Partido fica gravemente exposto aos golpes da repressão. E o facto é que reside aí uma das maiores debilidades do trabalho partidário. Só a uma parte relativamente limitada das ligações de empresa correspondem efectivamente células de empresa, devidamente constituídas. Há meses, por exemplo, havia em determinado sector 17 empresas, em cada uma das quais se encontravam membros do Partido. Apenas numa existia uma célula de empresa. O caso repete-se noutros sectores.

A constituição de células de empresa é uma das tarefas centrais das organizações regionais e locais. Não se pode deixar passar o tempo sem ençarar a sério medidas práticas. Multiplicar os encontros individuais, substituir o trabalho organizado dentro da empresa pelo recurso à agitação clandestina vinda do exterior da mesma, são «remendos» que podem possibilitar a intervenção do Partido num momento dado, mas não soluções que criem ao Partido raízes sólidas na classe operária e abram amplas perspectivas.

Para que os comunistas constituam a vanguarda revolucionária nas empresas, nos campos, noutros locais de trabalho, nas organizações de massas, etc., é necessário que aí estejam organizados e que tenham a sua própria direcção (secretariado de célula com este ou outro nome), que reuna, discuta, tome decisões. Só assim, o Partido poderá implantar-se de tal forma na classe trabalhadora e nas massas, que nada o poderá desalojar. Só assim estará em condições de dirigir com êxito a luta da classe operária e das massas populares, de receber destas experiências e ensinamentos, de se defender, de formar novos quadros, de se reforçar incessantemente com a energia revolucionária e as reservas inesgotáveis do proletariado.

3. Estruturação. *Organismos intermédios*

Nas condições de clandestinidade, seria errado adoptar esquemas rígidos de organização. O número de organismos e de membros de cada organismo, as formas de ligação e controle podem e devem variar segundo as condições concretas existentes, entre as quais se contam a realidade da organização num momento dado e o número e as características dos quadros. Entretanto, há princípios que são

válidos para todo o Partido, qualquer que seja a solução concreta que em cada caso se adopte. Entre eles, a necessidade de estruturar o Partido, ou seja, de formar células na base e de criar, nos vários escalões, organismos que assegurem a direcção do trabalho no âmbito respectivo.

Apesar dos progressos realizados nos últimos anos, uma grande parte dos efectivos do Partido não estão estruturados. Recentemente, numa organização com 45 militantes e 189 simpatizantes, havia apenas 4 organismos; noutra, com respectivamente 61 e 225, havia 5 organismos; noutra com 26 e 94, 2 organismos; noutra com 85 e 280, 5 organismos; noutra para 113 e 191, 8 organismos; etc. Estes exemplos, tomados de diversas regiões e que se poderiam multiplicar, revelam bem a fraca estruturação dos efectivos. A grande maioria dos membros do Partido não pertencem a organismos com funcionamento regular.

Esta debilidade tem começado, em alguns sectores e em períodos mais ou menos prolongados, nos próprios quadros de funcionários do Partido. Não são raras as situações em que funcionários do Partido não fazem parte de qualquer organismo, desenvolvendo em consequência um trabalho predominantemente individual. Por vezes isso é inevitável como resultado de golpes da repressão, da momentânea falta de quadros, do esforço necessário e do risco calculado, numa fase de reorganização ou de «arranque». O mal é que, em muitos casos, se tende a transformar em «estilo» o que é uma situação anormal, não se tomando as medidas necessárias para superar esta. À falta de estruturação, os funcionários do Partido e outros militantes esforçados multiplicam as ligações, vão a todo o lado, falam com toda a gente, tratam de tudo, tornando-se naqueles «homens-orquestra», cujo estilo já há dezenas de anos o Partido apontava como altamente negativo. Nessas condições, não só as tarefas gerais do Partido são cumpridas deficientemente, como reina a descompartmentação e a organização fica perigosamente exposta aos golpes repressivos.

Por vezes, vive-se num círculo vicioso: o funcionário vai a todo o lado porque não há organismos formados; e estes não se formam porque o funcionário vai a todo o lado. A forma de sair de tal situação não é naturalmente cortar subitamente os múltiplos contactos do funcionário, mas ajudar este a considerar como sua tarefa a formação de organismos, o mais rapidamente possível, embora sem precipitações, seleccionando com atenção os militantes, assegurando a defesa. Isto é igualmente válido para o trabalho de camaradas legais que asseguram ligações muito numerosas.



O papel dos organismos intermédios é da mais alta importância. Os Comités Regionais, Sub-Regionais, Locais e outros devem ser, em todo o Partido, verdadeiros organismos de direcção nos respectivos sectores. É altamente nociva a prática que os transforma de facto em simples organismos de ligação do funcionário com a base, que se limitam quase a receber indicações «de cima» e transmiti-las «para baixo». É absolutamente necessário, não só multiplicar o número dos organismos intermédios, como trabalhar para que estejam em condições de dirigir o sector que lhes cabe.

As reuniões dos CR, CL e outros organismos é como a reunião do Estado-Maior da região, localidade ou sector. O organismo tem de ver e discutir a situação, definir as tarefas, tomar medidas práticas. Os camaradas dos organismos superiores, ajudando o trabalho em todos os aspectos e assegurando uma justa direcção é o controle de execução, têm de contribuir para dar confiança em si próprios aos camaradas controlados, para tornar os CR, CL e outros organismos, capazes de por si tomar decisões, quando não podem estar à espera das indicações ou aprovação «de cima». Os membros destes organismos devem ter plena noção de que lhes cabe uma responsabilidade de direcção bem definida. Tem de trabalhar-se para que esses organismos, sentindo atrás de si a confiança do Comité Central e ganhando confiança em si mesmos, assumam de facto, com noção de responsabilidade e grande margem de iniciativa, a direcção dos sectores respectivos.

Quando isso for conseguido em todo o Partido, dar-se-á um enorme passo em frente, que se reflectirá em toda a actividade.

4. A necessidade de um sério esforço

Não se pode pretender obter de um dia para o outro resultados espectaculares no domínio da organização. A precipitação e a improvisação são particularmente perigosas no recrutamento, na formação de organismos, na promoção de quadros. Não se trata pois de decidir que se vai recrutar mais e estruturar melhor, pensando que, por poder miraculoso de tal decisão, de um dia para o outro a situação se modifique. Também se não tem em vista lançar de momento uma «Campanha» de recrutamento ou uma «Promoção», pois experiências passadas e recentes mostram o fraco resultado de tais decisões, quando não assentam num exame rigoroso da situação e numa justa avaliação das possibilidades. Tão

pouco seria de esperar, como se fez anos atrás, «planos de organização», que estabeleciam esquematicamente as percentagens do aumento de efectivos e de organismos, que cada sector se comprometia alcançar num prazo fixado.

O que se trata de momento é de vencer a subestimação que tem existido dos problemas de organização, ganhar os militantes (a começar pelos vários organismos de direcção) para a ideia da necessidade imperiosa de reforçar a organização do Partido, de recrutar, de estruturar, de corrigir os hábitos de trabalho individual e de reforçar o trabalho colectivo em todos os escalões. É necessário que a questão seja seriamente examinada em todos os sectores, e todos os escalões passem a considerar o trabalho de organização como uma das tarefas diárias essenciais.

Deve insistir-se em que o trabalho de organização do Partido não pode ser considerado e realizado como tarefa independente de outras tarefas. Ele está estreitamente relacionado com a actividade de massas e com a actividade das mais variadas formas de organização não partidária (comissões nas empresas, comissões políticas, organizações de massas, etc.), terreno natural do recrutamento e do alargamento da organização do Partido. Quando as organizações do Partido estão empenhadas na direcção de lutas de massas e têm posições em organizações e organismos não partidários, deve ser uma preocupação constante aproveitar as condições favoráveis para o reforço da organização partidária.

Levar o Partido aonde não existe organização, particularmente a empresas importantes e aos campos; ampliar consideravelmente o recrutamento, particularmente de operários e operárias, de camponeses e de jovens trabalhadores, mas sem esquecer também o recrutamento de empregados, de militares, de estudantes e intelectuais; multiplicar o número de células de empresa, com funcionamento regular; estruturar a organização, criando os organismos intermédios de direcção indispensáveis, — tais são algumas das mais importantes direcções do trabalho de organização no momento presente.

Todas as organizações do Partido se devem debruçar constante e obrigatoriamente sobre os problemas de organização, com consciência de que o reforço da organização do Partido é condição indispensável para o cumprimento de todas as outras tarefas.

Onde quer que os organismos do Partido compreendam a importância decisiva destas tarefas e se saibam ao mesmo tempo defender da repressão, não passará muito tempo sem que os resultados se não façam sentir.

Os comunistas ante os tribunais

UM BELO EXEMPLO

O Partido Comunista Português traçou de há muito uma orientação clara acerca da atitude a tomar pelos seus militantes ante os tribunais fascistas, no caso de serem presos e julgados.

O Partido faz notar, em primeiro lugar, que existem diferenças de situações que aconselham formas diferentes de orientar a defesa no tribunal.

Um camarada com vida legal, contra o qual não existem senão acusações sem prova material, pode muito justamente limitar-se quase a uma defesa jurídica, declarar que são falsas as acusações, negar que é membro do Partido. Mas, mesmo nesse caso, é sua obrigação denunciar, em termos apropriados, quaisquer torturas, maus tratos ou ilegalidades a que tenha sido submetido.

Um camarada sobre cuja qualidade de membro do Partido existem provas materiais irrecusáveis (é esse o caso de grande número de militantes que vivem na clandestinidade), ainda que não desprezando a defesa jurídica, deve ser dominado pelas preocupações fundamentais, não de defender-se a si pessoalmente das acusações, mas de defender o seu Partido, de transformar o banco dos réus numa tribuna de acusação, de desmascarar a política fascista, de pôr a nú as violências e arbítrios da polícia. Tomando tal atitude, de frontando o tribunal com coragem e determinação, o militante comunista, ao ser julgado, dá uma valiosa contribuição à luta do Partido e das classes trabalhadoras e mostra que nem mesmo a prisão conseguirá roubá-lo à actividade revolucionária.

A história do Partido é rica de exemplos de uma tal atitude ante o tribunal, seja dos seus dirigentes, seja de militantes dos organismos intermédios e de base. É na continuidade dessa rica e heróica tradição que o camarada António Gervásio, membro do Comité Central, uma vez mais deu belo exemplo de conduta comunista, ao ser julgado em 22 de Fevereiro de 1972 no Tribunal Plenário de Lisboa.

Transformar o banco dos réus numa tribuna de acusação

Ao comparecer ante o tribunal, o comunista não se sente diminuído, antes orgulhoso da sua qualidade de membro do Partido. Ele repele as calúnias do inimigo, desloca a questão do terreno do «crime» por que é julgado para o terreno político, para a situação que possibilita o próprio julgamento, para a questão do regime fascista. Ele defende corajosamente a orientação e a actividade do Partido.

«O problema fundamental do nosso país (disse A. Gervásio no Tribunal) é a mudança de regime. A conquista da liberdade política e a instauração da democracia em Portugal tornou-se o sentimento mais profundo do nosso povo».

Passando ao ataque, A. Gervásio pôs a nú o significado da demagogia «liberalizante» de M. Caetano, mostrando como continua a privação das liberdades, a repressão contra os trabalhadores e contra a oposição em geral, a acção da PIDE, a exploração monopolista, a submissão ao imperialismo, a guerra colonial, «que o povo português não quer e que considera antinacional e antipatriótica».

Depois de descrever o que essa guerra representa para os povos das colónias e para o nosso próprio povo, particularmente para a juventude, depois de falar nos aspectos essenciais do colonialismo, A. Gervásio afirmou que «o colonialismo está irremediavelmente condenado pela história revolucionária dos povos» e que «nada poderá deter a luta heróica dos povos coloniais pela sua libertação».

«O povo português está vitalmente interessado na independência imediata dos povos coloniais, não só para acabar com uma guerra vergonhosa, mas porque, quanto mais se mantiver o domínio colonial,

mais se fará sentir o domínio do imperialismo estrangeiro e o nosso atraso económico geral».

E ao terminar a sua desassombrada acusação da política fascista, afirmou com confiança:

«Podemos estar certos de que o nosso povo não aceitará eternamente o fascismo. O povo português quer ser livre e marchar para a frente no caminho da liberdade, da democracia, da paz e do progresso».

Denunciar as torturas, maus tratos e ilegalidades

A maioria esmagadora dos presos são submetidos, na instrução do processo, às torturas da PIDE-DGS. A PIDE e o Tribunal fazem ameaças e pressões para intimidar os presos e impedir que sejam denunciados em alta voz os crimes praticados pelos torturadores profissionais nos antros da polícia. Não o têm conseguido. Defrontando firmemente as ameaças, os comunistas relatam bem alto no tribunal as torturas a que foram submetidos. Assim fez também A. Gervásio.

«Fui sujeito à cruel tortura do sono (declarou), tortura que considero mais refinada, mais violenta e mais cruel do que os espancamentos (a que fora submetido quando da sua segunda prisão) É difícil descrever a violência desta tortura (...) Estive 18 dias na tortura do sono. Começou no dia 31 de Julho à tarde e foi até ao dia 17 de Agosto à noite, dormindo apenas 7/8 horas na noite de 16 para 17, portanto 18 dias nesta tortura, 17 dos quais seguidos, ou seja, mais de 400 horas impedido de dormir».

A. Gervásio não se limitou porém a descrever (com exactidão e lucidez extraordinárias) a extrema violência e crueldade das torturas a que foi submetido.

«Apesar do sofrimento atroz que tudo

isto causa (afirmou altivamente) não obriga a falar os verdadeiros comunistas nem outros antifascistas honrados».

Não referiu porém apenas o sofrimento. Acusou os fascistas das «marcas fundas na saúde dos presos por muitos anos e, em alguns casos, talvez para toda a vida». E desmentindo a afirmação de M. Caetano de que os comunistas chamam torturas a interrogatórios de 3 ou 4 horas, passou novamente ao ataque político, fazendo uma longa exposição, com casos concretos, sobre assassinatos com torturas cometidos pela PIDE, sobre a situação prisional, sobre o estado de saúde de numerosos camaradas.

Ao descrever as torturas a que foi submetido, A. Gervásio, não se limitou a fazer um protesto. Enquadrou o seu caso na política de repressão e na prática criminoso dos órgãos repressivos, desvendando, através do seu caso, a natureza cruel, violenta e brutal da ditadura fascista.

Preocupação fundamental: a defesa do Partido

O acusado comunista não se limita a desmascarar e a acusar o regime fascista e os seus crimes. À política fascista ele contrapõe a política e a actividade do Partido, ao serviço das massas trabalhadoras e do povo em geral.

No seu julgamento, A. Gervásio fez uma longa defesa da orientação e acção do Partido, na defesa dos interesses dos trabalhadores, na luta pela democracia, a independência nacional, o fim da guerra contra os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, não temendo abordar os aspectos mais visados pelo Ministério Público no Tribunal.

Repelindo a acusação de actividade «subversiva», lançou sobre o governo fascista as responsabilidades de não haver uma solução pacífica para o problema político português. Isso resulta da sua própria política de repressão, terror e guerra. Por isso,



«O Partido aponta no seu Programa que, dada a completa ausência das liberdades e a política da repressão violenta; dada a existência de um Estado fortemente centralizado e de um aparelho militar policial; dada a determinação das classes governantes de resistirem pela força à vontade popular; o caminho que se oferece ao povo português para derrubar a ditadura e instaurar um governo democrático, é o levantamento nacional, a insurreição popular armada».

Repelindo a acusação de pertencer a uma «associação secreta», mostrou como o PCP é «uma realidade histórica enraizada nas massas populares».

«Apesar do Partido Comunista ser forçado a viver na mais rigorosa clandestinidade, ele actua de norte a sul do país. Tem os seus Estatutos, o seu Programa, a sua imprensa, a sua rádio, a sua organização à escala nacional». «Nos 50 anos da sua existência (...) desenvolveu-se, ligou-se às amplas massas populares, ganhou experiência e ténpera revolucionária, ganhou prestígio e autoridade, tornou-se a vanguarda revolucionária da classe operária, a principal força política do país na luta contra a ditadura, na luta pelo pão, pela paz, pela liberdade e pela democracia, pela independência nacional e pelo socialismo».

«Não há, ao longo destes 50 anos, grandes acções de massas populares, tanto no campo das reivindicações económicas, como no campo da luta política, às quais a influência do Partido, a sua força e o seu papel dirigente, não estejam estreitamente ligados. O PC encarna aquilo que existe de mais progressivo e patriótico na história do povo português (...) A luta pela conquista da liberdade e pela transformação democrática da sociedade portuguesa não pode prescindir da força política da classe operária e do seu Partido Comunista».

O justo orgulho do militante

A defesa política do acusado enquadra-se na preocupação suprema de atacar o inimigo, valorizar e prestigiar o Partido. O comunista, quando fala da sua actividade no tribunal, não é aos juízes fascistas que está falando, mas sim ao seu Partido e ao seu povo. Ele sabe que as suas palavras não ficarão encerradas na sala onde está a ser julgado, sabe que chegarão lá fora, aos seus camaradas. É animado por essa ideia que A. Gervásio, como antes dele outros

comunistas julgados em tribunais fascistas, reafirma, não ao tribunal, mas frente ao Partido e à classe trabalhadora, a sua conduta ante o inimigo.

«Importa sublinhar firmemente (começou ele as suas declarações ao tribunal) que perante a polícia me recusei a fazer declarações sobre a minha actividade política e a assinar qualquer documento. Ante este Tribunal mantenho precisamente a mesma posição de não prestar esclarecimentos sobre pormenores da minha actividade política ou da vida interna do meu Partido».

Ao defender-se das calúnias, é ainda o seu legítimo orgulho de operário comunista que põe em relevo:

«Em matéria de identificação sou considerado «sem profissão». Isto é falso e colocado de forma vexatória, pois eu tenho uma profissão bem definida—sou operário agrícola. Depois, na clandestinidade, passei a ser funcionário do Partido Comunista Português».

Ao referir a sua actividade é para explicar, não ao tribunal, mas ao povo que o ouvirá, através dos muros, a justa política do Partido. Refere as acusações de ter organizado lutas de operários rurais, em particular o histórico movimento de Maio de 1962 em que 200.000 trabalhadores alcançaram a jornada de 8 horas de trabalho no campo, para mostrar a justeza dessa luta «contra a miséria, contra o flagelo do desemprego, contra os salários de fome, contra a exploração desumana dos grandes senhores da terra». Refere as acusações de se ter evadido de Caxias em 4 de Dezembro de 1961, para indicar a combatividade dos comunistas «estritamente ligados à classe operária, aos interesses do povo e à causa da liberdade». Refere a acusação feita pela PIDE de ser dirigente da ARA, para acusar o governo de empurrar «a luta do povo português para uma via violenta», para afirmar que «é o governo de M. Caetano que, seguindo uma política de guerra e de terror, obriga as forças revolucionárias da oposição a responderem com a violência a essa política» e que por isso «o PCP e todas as forças democráticas apoiam a ARA como um companheiro de combate». A cada acusação, a sua defesa pessoal confunde-se com a defesa do Partido.

«Sou acusado de ser membro do Comité Central. Como filho do povo trabalhador, sinto honra em pertencer ao Comité Central do Partido da classe operária. Todas as minhas forças têm sido consagradas à luta popular, tanto no terreno das reivindicações económico-sociais, como no campo da luta política pela instauração da liberdade, da democracia e do socia-



lismo em Portugal. Toda a minha vida de militante comunista tem sido consagrada à luta em defesa dos direitos e interesses vitais dos trabalhadores, por uma vida mais feliz e próspera para o nosso povo».

Encarar com coragem o destino pessoal

Ao serem julgados pelos tribunais fascistas, os comunistas encaram de cabeça erguida as pesadas condenações que os ameaçam. Embora, sem desprezar a defesa jurídica, não deixam nunca de fazer a defesa política por receio de uma pesada condenação. É essa justa orientação e atitude que seguiu A. Gervásio, que acolheu com serenidade a condenação a 11 anos e 8 meses de prisão seguidas de «medidas de segurança».

As suas últimas palavras no tribunal foram para manifestar a confiança na vitória da causa a que consagrou toda a sua vida.

«A balança das forças políticas mundiais pesa cada vez mais a favor das forças que lutam pela liberdade, pela democracia, pela paz mundial, pela independência nacional e pelo socialismo. O movimento comunista e operário internacional, apoiado na sua principal fortaleza — o sistema socialista mundial — tornou-se a força determinante do desenvolvimento da sociedade. No centro desta realidade encontra-se a grande União Soviética, que desempenha um papel decisivo na política mundial e nos destinos da humanidade».

«O mundo capitalista está prenhe de profundas crises e contradições. O marxismo-leninismo demonstra a inevitabilidade da transformação revolucionária da sociedade capitalista na sociedade socialista e comunista. (...) A roda da história gira irresistivelmente sob o impulso das forças do sistema socialista mundial, do

movimento comunista e operário internacional e do movimento nacional libertador».

«Vou ser condenado. Espera-me uma pena severa. Não constitui surpresa, dada a natureza do regime que domina em Portugal. Vou ser atirado por longos anos para as masmorras, apenas por ter consagrado as minhas energias à luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, à luta pela liberdade e por um Portugal democrático e socialista. É todo o meu grande «crime»! Confio na vitória. Tenho consciência da justeza da causa que defendo. A classe operária portuguesa reforçará cada dia mais a sua organização e a sua luta. As restantes forças democráticas reforçarão a sua organização, a sua unidade combativa, ao lado do proletariado. O PC reforçará cada vez mais a sua ligação com as massas e o seu papel dirigente na vida nacional. A crise do fascismo aprofundar-se-á cada vez mais. A ditadura será derrubada e a causa da liberdade, da democracia e do socialismo triunfará inevitavelmente em Portugal!».

Assim terminou a sua defesa no tribunal o camarada A. Gervásio. Tal como ele esperava e sabia, as suas palavras passaram os muros, chegaram ao Partido, são levadas aos militantes comunistas, aos trabalhadores e aos democratas portugueses. Operário agrícola e comunista, orgulho da classe trabalhadora e do seu partido, A. Gervásio, como muitos outros comunistas, que souberam ante a polícia e o tribunal elevar bem alto a bandeira do comunismo, sofre pesada pena nas masmorras fascistas.

Os exemplos destes heróicos camaradas estão sempre vivos na actividade dos comunistas. Os seus nomes nunca são esquecidos. São homens e mulheres de que o povo precisa. O Partido e os trabalhadores não pouparão esforços para arrancá-los das cruéis garras fascistas e este objectivo acabará por ser alcançado.

Experiências de trabalho

Um elemento essencial para assegurar a justa direcção do Partido é o estudo e aproveitamento das experiências da actividade das organizações e militantes, assim como da luta da classe operária e das massas populares.

Com frequência, as situações são imprevisíveis, os militantes e as massas têm de dar resposta aos problemas que surgem, e, muitas vezes, com iniciativa e espírito criador, encontram as soluções mais adequadas.

Como se resolvem, no concreto, os problemas de organização, agitação e actividade de massas? Quais os factores dos êxitos e quais as razões

dos insucessos? O conhecimento e a divulgação dessas experiências é de extraordinária importância para a nossa actividade. Por via da organização, chegam ao CC muitas delas. Mas muitas outras não são comunicadas, ficam ignoradas, perdem-se. É necessário que todas as organizações e militantes, nas suas ligações com os organismos superiores, comuniquem todas as suas experiências de trabalho. E, com o objectivo de que nenhuma se perca, fazemos apelo para que sejam transmitidas directamente a «O Militante», sob a forma de notícia, de carta ou de artigo.



PERGUNTAS e RESPOSTAS

P. De quando em quando, a imprensa burguesa noticia processos políticos em países socialistas e refere que alguns partidos irmãos tomam posição contra tais processos. Porque não faz o mesmo o nosso Partido?

R. Nada justificaria que o nosso Partido tomasse posições críticas, só porque a propaganda burguesa ou outros sectores políticos fazem alarido em torno de processos em países socialistas contra elementos que violaram a legalidade socialista. Nessa questão, como em qualquer outra, o PCP tem uma clara posição.

Na sociedade socialista, sob a ditadura do proletariado nas suas diversas formas, a luta de classes não termina. Desaparecem as classes antagónicas. Mas persistem, por mais ou menos tempo, os resíduos das classes exploradoras e influências da ideologia burguesa. Além disso, os países socialistas estão sujeitos a uma constante e intensa acção de propaganda, subversão e diversão ideológica do imperialismo.

Se era errada a concepção, segundo a qual a luta de classes se agravaria na medida em que avança a construção do socialismo, é também errada a concepção, segundo a qual a luta de classes termina com a conquista do poder pelo proletariado e com a construção do socialismo.

O Estado socialista tem como razão da sua existência, a defesa do socialismo contra os inimigos internos e externos. Quando desaparecer a luta de classes em cada país socialista é à escala mundial, quando for constituída a sociedade comunista, então o Estado, como instrumento da força revolucionária, desaparecerá também. Até lá, o Estado socialista assegura a defesa contra o imperialismo e, no plano interno, o respeito pelas leis socialistas, decididas e aprovadas pelos povos respectivos.

É dentro destas ideias fundamentais que consideramos os chamados processos políticos em países socialistas.

Se é certo que, tal ou tal país, em tal ou tal momento, foram praticadas injustiças e ile-

galidades, objectos de exame e de justa censura, isso não autoriza ninguém a protestar hoje, quando a justiça dos Estados socialistas, aplicando as leis, intervém para julgar os que conspiram contra o regime socialista, entram em contacto com os círculos anticomunistas no estrangeiro, dão conscientemente à propaganda imperialista elementos contra o seu próprio país, contra o poder dos trabalhadores.

Não é uma posição de classe e de princípio tomar posição contra os processos políticos em abstracto, apenas por serem processos políticos. Quando revisionistas afirmam querer um socialismo onde não venha a haver processos políticos, essa afirmação não é senão um voto piedoso sem qualquer consistência e uma forma de contestar os regimes socialistas existentes, contrapondo-lhes o que dizem ser um «socialismo humano», um «socialismo na liberdade», um «socialismo sem repressão».

Os imperialistas compreendem tão bem o significado destas afirmações que eles, inimigos jurados do socialismo e do comunismo, se tornam subitamente os defensores da «liberdade» nos países socialistas (entenda-se liberdade para os inimigos do socialismo e os manejos subversivos do imperialismo), definindo eles o que é bom e o que é mau para o socialismo! Nos jornais fascistas portugueses, quantas vezes isso não acontece?

Nenhuns revolucionários poderão comprometer-se com um mínimo de seriedade a que não haverá processos políticos, quando os trabalhadores conquistarem o poder nos seus países. Ou então vivem nas nuvens, supondo que a burguesia não resistirá, que não haverá leis penais, que não haverá tentativas contra-revolucionárias, que não haverá inimigos internos e externos do socialismo, que não haverá necessidade de defender as conquistas da revolução senão por meios políticos de persuasão.

As medidas políticas são essenciais para isolar e combater forças anti-socialistas e contra-revolucionárias. Mas a intervenção do aparelho de justiça do Estado é inevitável e completamente legítima, quando a legalidade socialista é violada.

P. Num documento do Partido li a afirmação de que «pelo sistema de preços de monopólio, a grande burguesia se apodera da mais-valia criada nas pequenas e médias empresas». Como se explica esse fenómeno?

R. Não é possível, nesta secção, dar uma resposta circunstanciada à pergunta feita. Procuraremos por isso dar apenas uma explicação de forma elementar e simplificada.

Para a compreensão do fenómeno referido, é necessário ter presente uma noção fundamental: Na sociedade capitalista, o total dos preços das mercadorias é igual ao total do valor das mesmas. Isto significa que, se uma mercadoria é vendida acima do valor, outro terá que ser vendido abaixo do valor.

Ora o estabelecimento de preços de monopólio não é outra coisa do que a fixação pelos monopólios (com a ajuda do Estado) de preços superiores aos valores respectivos para as mercadorias que produzem, de forma a obterem super-lucros.

Onde vão buscar o excedente? Pois precisamente aos sectores não monopolistas, que, por um jogo complexo de factores económicos e políticos, são obrigados, a vender as suas mercadorias abaixo do valor.

Isto não significa que os sectores não monopolistas não tenham lucros. Significa apenas que os seus lucros são inferiores à mais-valia criada nos próprios sectores.

O valor da mercadoria decompõe-se em três elementos: o capital constante (matérias primas, energia, gastos em equipamentos, etc.), capital variável (salários) e mais-valia (tempo de trabalho que o operário é obrigado a realizar na jornada de trabalho para além do que é necessário para produzir o equivalente ao seu salário).

Suponhamos que a produção da sociedade se apresenta da seguinte forma: (CC = capital constante; CV = capital variável; MV = mais-valia; V = valor):

Sector	CC	CV	MV	V
Monopolista	50	50	20	120
Não-monopolista	50	50	20	120
	100	100	40	240

Se os monopólios impõem preços de monopólio e vendem as suas mercadorias acima de valor (não por 120 mas por 130, por exemplo), os sectores não-monopolistas terão de vender por 110, pois o preço total deve corresponder ao valor total (240). Nesses 130 estão compreendidos 50 de capital constante e 50 de salários gastos no sector monopolista, 20 de mais-valia criada nesse mesmo sector e ainda 10 de mais-valia criada nos sectores não-monopolistas. Em tal caso, o sector monopolista receberia 30 por cento de lucro e os sectores não-monopolistas 10 por cento.

Este esquema dá uma ideia geral, embora muito simplificada, do fenómeno apontado no citado documento do PCP.

Actividade NAS FORÇAS ARMADAS

O carácter fortemente centralizado e militarista do Estado fascista, a guerra colonial e a perspectiva revolucionária da luta popular exigem que se considere a actividade nas forças armadas como uma tarefa de primeiro plano.

O elevado número de jovens que não comparecem ao serviço militar e que desertam é uma expressão do grande movimento de resistência da juventude contra a guerra colonial. É uma justa direcção de luta que deve prosseguir, sendo de trabalhar para que se tornem mais frequentes as deserções acompanhadas de actos revolucionários.

Entretanto, tem de considerar-se igualmente importante a permanência nas forças armadas dos comunistas e outros antifascistas afim de aí conduzirem um trabalho revolucionário, de organizarem a resistência, de fazerem agitação e propaganda por formas apropriadas, de ganharem posições, de enfraquecerem por dentro o aparelho de guerra

colonial e de repressão fascista.

A multiplicação de lutas por objectivos concretos, de acções de descontentamento e de insubordinação contribuem valiosamente para o agravamento das dificuldades e da crise do regime. Também dentro das forças armadas se pode e deve conduzir, pelas formas mais diversas a luta contra a guerra colonial.

A organização e a actividade nas forças armadas (sublinhou o CC do PCP em Maio de 1972) é uma tarefa de primeiro plano na luta contra a ditadura fascista, uma vez que, na previsão de uma luta revolucionária aguda, é indispensável contar-se com uma parte considerável dos militares e estar-se em condições de neutralizar outra parte. É a luz desta perspectiva que devem considerar-se as deserções, particularmente de oficiais. A deserção pura e simples para emigrar, embora traduzindo um protesto, não é a atitude que melhor serve a luta contra o fascismo e o colonialismo vista na sua perspectiva. São casos em que a sua liberdade está directamente ameaçada, o militar revolucionário deve permanecer nas forças armadas e aí continuar o trabalho revolucionário.